



# DEMOCRACIA E DIREITOS

DIMENSÕES DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
E SOCIAIS

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR:**

UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS VIGENTES NO MUNICÍPIO DE  
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

**Thiago Chagas de Almeida,** Universidade Estadual do Norte  
Fluminense | UENF

**Mauro Macedo Campos,** Universidade Estadual do Norte  
Fluminense | UENF

### RESUMO

A agricultura familiar é uma importante atividade produtiva tanto a nível local como nacional, sendo responsável por grande parte do PIB, além de garantir o sustento de diversas famílias. Este artigo pretende, a partir de um levantamento de dados quantitativos e qualitativos, analisar as políticas públicas de fomento à agricultura familiar municipais em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Dado o perfil singular da região, o seguinte artigo permeia alguns elementos de análise que influenciam o resultado de uma política pública, que estão presentes desde a elaboração à implementação. A partir desta análise e das indicações feitas sobre o caso estudado, o trabalho apresenta os mecanismos de participação social como um dos principais instrumentos da gestão de políticas públicas, fundamentais para o seu consequente bom desempenho.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR:**

UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS VIGENTES NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

ALMEIDA, Thiago Chagas de<sup>1</sup>CAMPOS, Mauro Macedo<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, tema central que será discutido ao longo desse projeto, tem como característica sua diversidade, ao passo que compreende uma gama de trabalhadores rurais que varia de acordo com sua cultura, campo de atuação, capacidade econômica, etc. Essas singularidades da agricultura familiar devem ser cuidadosamente estudadas ao se implementar uma política pública, pois sua incúria porá em risco a eficiência da execução, fugindo em partes do objetivo principal dessas políticas que é subsidiar da melhor maneira o segmento agrícola (SILVA, 2011). Muitas vezes essas peculiaridades são negligenciadas nas políticas, por falta de recursos para uma análise mais específica, pela facilidade em replicar substancialmente uma política já pronta, por um desleixo da gestão, dentre outros motivos. Esse projeto, através do estudo das políticas públicas de fomento à agricultura familiar de Campos dos Goytacazes, permeará as questões que avaliam e impactam uma política, traçando o perfil singular da região.

Situado no Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, o município possui um extenso território dado geograficamente como planície e sua população rural é de aproximadamente 10,7% (IBGE, 2010). A principal atividade que impulsiona o mercado local atualmente é a petrolífera, devido a exploração feita pela indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos. Isso contribui para que grande parte da receita do município seja proveniente dos *royalties* do petróleo. Essa condição privilegiada pela chamada “sorte geográfica” (SERRA e PATRÃO, 2003), que redundou na bonança orçamentária, no final da década de 1990 e ao longo de toda a década de 2000, criou, segundo os autores, os municípios “petrorentistas”, e Campos por receber a maior fatia dos *royalties* foi embalado por essa condição. Com efeito, outros setores da economia local foram deixados de lado, o que reforçou a dependência financeira da cidade com o petróleo. Dito isso, para este artigo, a proposta é exatamente trabalhar com um setor que permaneceu à margem das preferências do poder público local, mas que representa um potencial importante para a economia local, que é a agricultura. Mais especificamente, a agricultura familiar.

Em Campos dos Goytacazes, assim como em toda a região Norte Fluminense a produção agrícola familiar é bem diversificada, ocorrendo através da produção leiteira e criação de diversos tipos de

<sup>1</sup> Graduando de Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

animais, plantio de frutas, hortaliças, legumes, etc. No entanto, o perfil agrícola do município traz no bojo da sua história, a monocultura da cana-de-açúcar e apesar de toda essa pluralidade e capacidade de expansão sociocultural da agricultura regional o município nos últimos anos vem focando seus esforços crucialmente no desenvolvimento da atividade petrolífera, através do forte estímulo às indústrias e empresas da construção civil. Há de se ressaltar nesse processo a debilidade econômica da agricultura familiar comparada às outras atividades, por se tratar de uma atividade de pouco fluxo de capital. Enquanto outros setores investem e retomam seus investimentos diversas vezes durante o ano, na agricultura isso ocorre em pouquíssimas vezes no mesmo período, havendo também riscos de prejuízos irreversíveis nas perdas econômicas durante esses ciclos (MEDEIROS et al, 2012). Nesse sentido torna-se cada vez mais necessária a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, para estimular e garantir certa seguridade a este produtor, que é de suma importância para o país, tanto no quesito social, como econômico.

Esse artigo se justifica pela importância da agricultura familiar na região, que além de ser fonte de renda de diversas famílias, fortalece o mercado interno e em grande escala torna-se uma alternativa que pode vir reduzir a dependência financeira do município. Os resultados apresentados neste artigo decorrem do projeto geral de extensão “Diagnóstico da Política Pública em Segurança Alimentar e Nutricional para o Município de Campos dos Goytacazes (RJ)”. O projeto geral é desenvolvido por um grupo de pesquisa da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), cujo objetivo é analisar e intensificar o mapeamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional do município, além de propor uma melhor aplicação dessas políticas, através dos conselhos municipais, audiências públicas e outras diversas iniciativas que levam as demandas apontadas ao poder público e instituições de interesse (empresas privadas, terceiro setor, etc.).

## 1. Objetivos

### 1.1 Objetivo-Geral

Analisar as políticas de incentivo à agricultura familiar no município de Campos dos Goytacazes e identificar possíveis alternativas para que tais incentivos se potencializem, entre os agricultores familiares do município.

### 1.2 Objetivos Específicos

- Mapear as políticas públicas de agricultura familiar municipais vigentes em Campos dos Goytacazes;
- Analisar as políticas públicas municipais de agricultura e seus respectivos impactos para sociedade em geral, em especial para o segmento da agricultura familiar da região;
- Sugerir ações para que as políticas de agricultura do município se otimizem,

diagnosticando-se necessário;

## 2. Metodologia

O artigo terá como recorte analítico o município de Campos dos Goytacazes, utilizando de eixo os dados da base SMAP obtidos entre 2015 e 2016, mas também retomará informações históricas e mais recentes que envolvem o campo de estudo. Para a consecução dos propósitos desse artigo, busca-se aqui, identificar as políticas públicas do município através da base dados da Secretaria de Agricultura 2015/2016 (atual Superintendência de Agricultura e Pecuária), que contém informações referentes ao “cadastro do produtor rural e cidadão que produz no campo”, de modo que se possa verificar a abrangência dos programas de fomento à agricultura familiar do município e quais políticas estão vigentes. Da mesma forma, foram pesquisadas, em dados secundários de portais públicos (Federal e Estadual), as políticas agrícolas das outras escalas de governo para fazer um breve reconhecimento das políticas vigentes em outros níveis de governo, atenuando-se às diferentes formas de gestão de políticas públicas. Também, por meio da observação direta, efetuada no mercado municipal de Campos dos Goytacazes, buscou-se compreender as relações mercadológicas da localidade, tendo em vista seu potencial de absorção a produtos agrícolas, podendo este ser direcionado ao produtor interno. Essas medidas integralmente foram utilizadas como base para mapear e avaliar as políticas municipais de agricultura.

Além disso, identificaram-se os principais mecanismos participativos que envolvem as políticas estudadas e fez-se um levantamento bibliográfico de autores que abordam a temática, para a partir daí indicar ações que potencializariam as políticas de agricultura do município (identificada a necessidade), sempre baseadas na realidade local/regional.

## 3. Referencial Teórico

Antes de falarmos da agricultura familiar e das políticas públicas voltadas para esse segmento discorreremos brevemente sobre os elementos que giram em torno da gestão e análise de políticas públicas. Muito se discutem a respeito do conceito de políticas públicas, que no Brasil é um campo de estudo relativamente novo. A partir do anos de 1960, com o desenvolvimento do Bem Estar Social (*Welfare State*) nos países desenvolvidos e com tendências sendo vislumbradas em alguns países em desenvolvimento, houve um progressivo interesse pelo estudo das políticas públicas. Esse processo ocorreu aliado as transformações sociais, políticas e econômicas que se passavam nesse período, emergindo assim o campo de estudo das análises de políticas públicas (FLEXOR; LEITE, 2006). Teixeira (2002) apresenta uma concepção de políticas públicas que vai de encontro com que trataremos nesse artigo:

‘Políticas públicas’ são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público;

regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Segundo Flexor e Leite (2006), as políticas públicas não são necessariamente políticas do Estado, pois elas também podem se manifestar em ações públicas de instituições não governamentais. Um exemplo seria o programa de construção de cisternas desenvolvido no Nordeste pela Articulação do Semi-Árido (ASA), que representa um grande número de organizações não governamentais.

As estratégias de formulação e implementação variam de acordo com o tipo de política e concepções dos seus atores políticos. Algumas políticas como as econômicas tendem a ser controladas apenas por burocratas, mesmo que haja certa pressão social para que se discuta amplamente uma escolha ou outra dentro delas. Já as políticas sociais (merenda escolar, distribuição de renda, etc.) tendem a contar com a participação da sociedade no seu processo de formulação e implementação. Não podemos deixar de nos ater à escolha dos agentes políticos tomadores de decisão, que variará o grau de participação social de acordo com suas intenções e limitações legais (TEIXEIRA, 2002).

Um dos pontos fundamentais na constituição de uma política pública é a criação de “arenas”, que são espaços de debates voltados às ações das políticas públicas, tendo caráter consultivo ou até deliberativo, dependendo do caso. O Brasil, a partir da década de 1980, passou por um importante processo de criação e desenvolvimento de diversas arenas. Estas podem se manifestar em diversos formatos, como conselhos (municipais, estaduais, regionais, nacionais), comissões (setoriais, técnicas, etc.), câmaras (municipais, estaduais, regionais, nacionais), audiências públicas, grupos de discussão, etc. Através das arenas é possível pôr frente a frente diferentes atores (sociedade civil, Estado, representante de empresas do ramo) para discussão e busca de resolução de um determinado tema que ambos teriam interesse (FLEXOR; LEITE, 2006).

As políticas públicas são pautadas por uma determinada referência valorativa por parte daqueles que detém o poder de decisão sobre elas. Isso ocorre ainda que haja certo esforço em atender interesses divergentes, utilizando-se disso até como uma maneira de obter legitimação (TEIXEIRA, 2002). Destaca-se nesse processo de formulação o poder da sociedade civil de pressionar os atores políticos para que determinadas demandas se coloquem na agenda de discussão dessas políticas. Ocorre que, apesar de haver algumas pautas em comum, como eficiência do gasto público, transparência, sustentabilidade, etc., a sociedade civil, no que tange seus objetivos ideais, mostra-se cada vez mais fragmentada, o que torna a busca pelo consenso e a articulação entre os diversos setores ainda mais complexas (TEIXEIRA, 2002). Tudo isso, segundo Teixeira (2002), mostra o jogo de tensão de interesses que se tem em uma política pública, perdurando em todas suas etapas, da discussão para

elaboração até a sua avaliação.

Flexor e Leite (2006) acreditam que as políticas analisadas instantaneamente utilizando-se de base cálculos de perdas e ganhos esperados demonstram uma capacidade explicativa muito restrita. Para os autores, é necessário explicar o comportamento dos atores envolvidos nas políticas e como ocorrem suas interações. Esse tipo de análise mais global proposta por eles abrangeria as dimensões histórico-institucionais, organizativas e processuais das políticas estudadas culminando em resultados de caráter instrumental, mais analíticos e descritivos, não apenas indicativos.

Discorreremos agora sobre a origem e conceito do termo “agricultura familiar”. No Brasil o termo agricultura familiar surgiu na década de 1990, momento em que o país sofria forte pressão dos movimentos sociais agrícolas/agrários de pequenos produtores, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses movimentos sociais lutavam por uma maior valorização da classe, reivindicando, dentre outros pontos, soluções referentes a pouca abertura comercial, à falta de crédito agrícola e à diminuição dos valores dos principais alimentos agrícolas que eram exportados (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2015). A agricultura familiar sofreu resistência à formulação de políticas públicas direcionadas ao setor até o final do século XX. Durante o período pós-guerra, a partir da década de 1940 essas políticas foram norteadas para a modernização da produção agropecuária, focadas no crescimento produtivo através de incrementos tecnológicos. Tais políticas no início tinham como público alvo os grandes produtores rurais, detentores do grande capital agrícola, pois era exigido um valor de garantia muito alto, incompatível com a realidade da maioria dos agricultores familiares (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

Na agricultura familiar a gestão é compartilhada com a família, diferentemente da agricultura industrial, que tem um cunho profissional mais individual e sua produção é dada em grande escala. Além desses fatores, na agricultura familiar há uma relação particular com a terra, que mais do que local de trabalho também é o local de moradia dos trabalhadores (SAF, 2016). Os critérios de identificação dessa categoria são definidos em legislação específica, dada pelo Art. 3º da Lei 11.326 de junho de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.” (Lei 11.326, Art.3º, 2006).

De acordo com a Lei 11.326, também podem ser considerados agricultores familiares os seguintes grupos rurais: os extrativistas; os quilombolas; os indígenas; os pescadores artesanais; os aquicultores;

os assentados da reforma agrária; e os silvicultores. Em 2006 do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros 84,4% pertenciam a agricultores familiares, o que correspondia 4,4 milhões de estabelecimentos, segundo o IBGE (2006). No Brasil, segundo o IBGE (2006), a agricultura é a base econômica de aproximadamente 90% dos municípios com a população menor ou igual a 20 mil habitantes. Este segmento também é responsável por 35% do PIB do país (IBGE, 2006). Estes dados mostram a importância que o setor agropecuário tem para economia brasileira, merecendo plena atenção do Estado, tanto em vista sua capacidade de expansão, devido às características territoriais e socioculturais do país.

Segundo Assis, Priore e Franceschini (2017) a agricultura familiar por um longo período foi vista apenas como uma atividade de subsistência. Hoje ela é bem mais relevante comparada ao período explicitado. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) apontam que a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de feijão, 21% de arroz, 87% de mandioca, 46% de milho, 60% de leite, 30% de carne bovina, 50% de carne de aves e 59% de carne suína. Esses números mostram o poder produtivo da agricultura familiar e a importância das políticas de fomento desse segmento, que além da inclusão econômica poderá proporcionar às famílias beneficiárias uma melhor qualidade de vida. Na concepção das políticas públicas, mais que o desenvolvimento econômico, a segurança alimentar, o desenvolvimento local e a participação social também se estabelecem como objetivo para uma mudança relacional (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2017).

As políticas públicas de agricultura do governo federal, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), são: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural); PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário); PAC2 (Programa de Aceleração do Crescimento 2); SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal); Programa Terra Legal; Programa

Cadastro de Terra e Regularização Fundiária; Terra Forte; Biodiesel; Garantia Safra. Outra política federal, vinculada ao PRONAF, é a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que serve muito mais do que uma certificação do cadastro no PRONAF. A DAP é um documento de identificação do agricultor familiar, podendo ser obtida tanto por pessoa física, por um agricultor, quanto por pessoa jurídica, por uma cooperativa, associação, etc. (SAF, 2016). A DAP é um documento gratuito e pode ser obtida através de um cadastro feito em qualquer órgão público autorizado pela SAF. Já os programas de agricultura específicos do governo estadual, segundo a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – RJ (SEA) (2017), são subdivididos em setoriais e estruturantes, são eles:

- Setoriais: Cultivar Orgânico; Multiplicar; Prosperar; Florescer; Frutificar; Rio Horti; Rio Café; Rio Agroenergia; Rio Carne; e Rio Leite.

- Estruturantes: Sanidade Rio; Rio Genética; Rio Rural; Estradas da Produção; Crédito Fundiário; e Estratificação Total.

A multiplicidade das políticas de agricultura mostra o tamanho do campo de atuação do setor e como elas podem assumir diferentes papéis na agricultura familiar. Cada programa apresentado acima tem sua característica própria, mesmo que alguns desenvolvam efeitos similares, o que por sua vez, aponta para certa redundância, que em política pública não é algo desprezível. Muitos desses programas podem ser geridos em parceria com o governo municipal. Porém, essa operacionalização não será dissecada neste trabalho por não ser este o objetivo do artigo, mas o conhecimento dessas políticas, dos outros níveis de governo, é importante para que se faça uma pequena projeção da capacidade gerencial dos atores governamentais e suas nuances. Contudo, o foco do artigo é analisar as políticas de agricultura do município de Campos dos Goytacazes, até como maneira de se fazer um recorte mais peculiar sobre o tema e a partir daí poder aprofundar ainda mais no rol dessas políticas, podendo com isso obter um melhor diagnóstico.

Campos dos Goytacazes é o maior município de extensão territorial do Rio de Janeiro, tendo uma área equivalente a 4.026,7 km<sup>2</sup>, com 39,53 km<sup>2</sup> de área urbanizada (IBGE, 2013). A cidade também é um dos centros do interior do estado, desempenhando um importante papel econômico para região Norte Fluminense. Campos, no decorrer dos anos sempre foi marcado por seu forte poder produtivo agrícola, principalmente na cana-de-açúcar. Com a falência de inúmeras usinas de cana a partir dos anos de 1990 no município e região, devido à crise que assolou esse setor sucroalcooleiro, houve um movimento de ação do estado voltado à reforma agrária, surgindo diversos assentamentos do MST. Nesse período houve um impasse entre a elite agrária e o Estado, culminando em um processo de transformação da elite social regional, que será observado mais adiante (SANTOS; LIMA, 2015). Mesmo com a crise no setor canavieiro, a cana-de-açúcar continuou sendo o principal produto agrícola do município. A Tabela 01 mostra o valor da produção agrícola por tipo de produto em Campos no ano 2000 (IPEADATA, 2000):



TABELA 01 – Valor da produção agrícola por produto em Campos dos Goytacazes no ano 2000.

<b>Produto agrícola</b>	<b>Valor da produção por produto (R\$)</b>
cana-de-açúcar	R\$697.517,98 mil
mandioca	R\$18.137,90 mil
banana	R\$9.319,60 mil
laranja	R\$3.076,96 mil
milho	R\$2.697,20 mil
tomate	R\$2.133,20 mil
arroz	R\$1.629,93 mil
feijão	R\$907,53 mil
café	R\$448,16 mil

Fonte: IPEADATA, 2000.

Segundo Cruz (2005), com o advento da exploração de petróleo na Bacia de Campos, no final da década de 1970, Campos e região passou a ser protagonista na produção petrolífera brasileira, produzindo mais de 80% do petróleo nacional. Esse processo com o passar dos anos foi sucumbindo à atividade agrícola, que até então era a principal atividade que movimentava o mercado local. Santos e Lima (2015) acreditam que esse panorama aliado à decadência do setor agrícola no município gerou em uma nova representação do poderio econômico das elites regionais, como mostra o trecho abaixo:

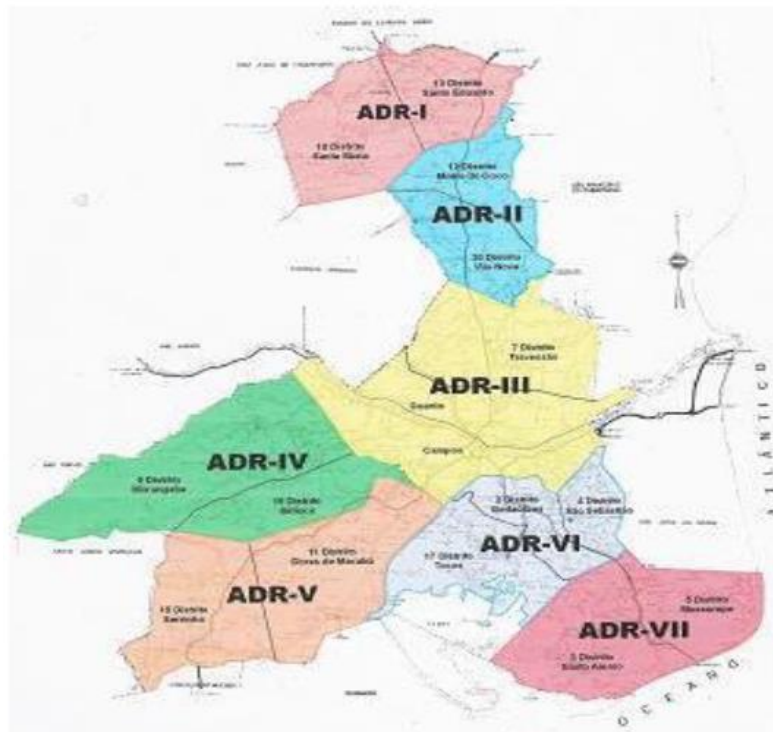
Nos dias atuais, a elite agrária se metamorfoseou em elite imobiliária. Muitas áreas utilizadas pelas antigas usinas de açúcar se transformaram em condomínios residenciais ou vazios urbanos à espera de valorização imobiliária. A elite que outrora concentrava terra e capitais estendeu o seu domínio sobre a terra, os capitais e o poder político. A inserção da indústria petrolífera no cenário regional representou uma nova dinâmica de crescimento econômico, baseada na transição das principais atividades econômicas, sobretudo a agropecuária. (SANTOS; LIMA, 2015, p.2833).

Em meio a todo esse período de transição da economia regional, com os agricultores familiares tendo sua produção voltada precipuamente ao próprio consumo e pequenas vendas pontuais, muitos deles buscaram trabalho em atividades não agrícolas, algumas até vinculadas às plataformas petrolíferas. (SANTOS; LIMA, 2015). Portanto, nota-se que há um processo de dependência econômica em curso, talvez até uma transição desta dependência, basta observar quais serão os instrumentos do poder público local, utilizados para conter esse avanço ou até reduzir, analisando neste artigo na ótica e recorte das políticas públicas de fomento à agricultura familiar.

Mais à frente o artigo fará uma análise mais profunda das políticas públicas de agricultura familiar vigentes no município Campos dos Goytacazes, de antemão verificou-se parte da conjuntura pública organizacional do município face à aplicação dessas políticas. Atualmente as políticas de agricultura

municipais são geridas pela Superintendência de Agricultura e Pecuária, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Antes essa gerencia era feita pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária (SMAP), que com sua extinção, passou a levar as demandas municipais agropecuárias à Superintendência. Outras instituições importantes no desenvolvimento dessas políticas são as Agências de Desenvolvimento Rural (ADR's), que foram criadas com o objetivo de subsidiar os pequenos produtores rurais com máquinas e técnicas agropecuárias, distribuídas pontualmente nas localidades rurais do município (PORTAL CAMPOS, 2010). Segundo a SMAP (2014), em Campos as ADR's são divididas em sete, cada qual com a sua equipe, composta por um médico veterinário, um engenheiro agrônomo, um técnico em agropecuária e um vacinador. Há também em cada uma delas associações e representantes locais. As ADR's do município de Campos são: ADR-I Stº Eduardo (13º Distrito) e Santa Maria (18º Distrito); ADR-II Morro do Coco (12º Distrito) e Vila Nova (20º Distrito); ADR-III Travessão (7º Distrito), Guarus e Campos; ADR-IV Morangaba (9º Distrito) e Ibitioca (10º Distrito); ADR-V Serrinha (15º Distrito) e Dores de Macabú (11º Distrito); ADR-VI Goytacazes (2º Distrito), São Sebastião (4º Distrito) e Tócos (17º Distrito); ADR-VII Santo Amaro (3º Distrito) e Mussurepe (5º Distrito) (SMAP, 2014). A divisão territorial das ADR's do município pode ser vista na Figura 01 abaixo:

FIGURA 01 – Mapa das ADR's do município de Campos dos Goytacazes.



Fonte: SMAP, 2014.

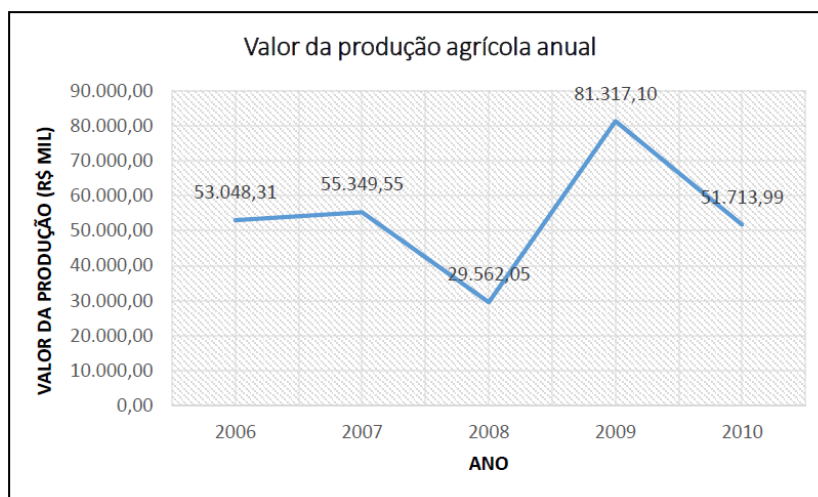
#### 4. Discussão dos dados

A discussão dos dados se embasa em referências bibliográficas sobre matemática, incluindo fontes

oficiais do poder público, em um processo de observação direta do campo de pesquisa e, em caráter quantitativo, no banco de dados “Cadastro Rural” da SMAP e em bases de outros órgãos públicos.

Os dados gerais da agricultura de Campos dos Goytacazes que seguem foram extraídos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) na base IPEADATA (2010). Em 2010 o percentual de área territorial com plantação do município foi de 18,75%, já o nacional, para fazermos uma breve comparação, foi de cerca 7,67%. Neste mesmo ano a área plantada, em hectare (ha), foi de 75.593 ha e a área colhida foi de 75.058 ha. Também em 2010 a produtividade agrícola por área plantada do município foi de R\$ 684,11/ha e a nacional foi de R\$ 1,075,50/ha. O Gráfico 01 destaca do valor da produção agrícola anual de Campos, de 2006 à 2010, com valores equivalentes à mil reais (R\$):

GRÁFICO 01: Valor da produção agrícola anual de Campos dos Goytacazes



Fonte: IPEADATA, 2010.

Em relação a “arena” que discute as demandas das políticas públicas municipais agrícolas em Campos, existe o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), que ocorre ordinariamente toda quinta-feira na parte da tarde (QUILICI, 2017). O COMSEA não abrange somente discussões em relação ao fomento à agricultura familiar (não em exclusividade), mas também diversas outras temáticas que giram em torno da segurança alimentar e nutricional municipal, como educação, saúde, desenvolvimento social, etc. Segue abaixo as atribuições do COMSEA:

- Art. 8º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será responsável pelas seguintes atribuições:
- I. convocar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;
  - II. instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional do Governo Federal, do Estado e dos Municípios vizinhos, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISMUSAN;
  - III. mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional.” (Lei 8.132, Art.8º, 2009).

Ainda no tocante à participação social junto às políticas voltadas para o setor, tem-se o Conselho Regional de Agricultura e Pesca do Norte Fluminense, que é presidido pelo superintendente de Agricultura e Pecuária de Campos. Também faz parte do Conselho Regional os municípios de São João da Barra, Conceição de Macabu, Carapebus, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e São Fidélis (CAMPOS, 2017). Já no âmbito estadual e federal, há respectivamente o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Portanto, há espaço para discussões e participação da sociedade na condução das políticas agrícolas.

Deste ponto em diante, iremos tratar das políticas públicas estabelecidas pelo município e que se voltam para este setor. Trata-se, em um primeiro momento, de um levantamento descritivo destas políticas, de modo a mapear as ações praticadas pelo poder público local. As políticas públicas municipais analisadas foram as seguintes: Patrulha Rural; Mais Leite; Defesa Sanitária; Feira da Roça; Mercado Municipal; e Merenda Escolar.

**Patrulha Rural:** caracteriza-se por ser um programa municipal que subsidia os agricultores, com máquinas e funcionários da própria prefeitura, na limpeza de canais e bebedouros de animais, no preparo do solo e na logística de vendas, transportando alimentos e insumos em geral para o mercado local. As máquinas e demais materiais do Patrulha Rural ficam distribuídos nas ADR's, realocando-os entre as próprias ADR's de acordo com a necessidade (SMAP, 2014).

**Mais Leite:** É um projeto municipal que fomenta os produtores leiteiros, através da inclusão de tecnologia voltada à atividade (fornecimento de equipamentos como ordenhadeira, aplicação de vacinas para prevenção de doenças dos animais) e capacitação dos próprios produtores e profissionais de extensão rural do município. As ações do Mais Leite também ocorrem em parceria com algumas empresas que prestam serviços à prefeitura para realização desses atendimentos, uma delas é o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que já participou do programa realizando visitas técnicas (SMAP, 2014).

**Defesa Sanitária:** Ação municipal que visa fiscalizar em especial os produtos agrícolas, capacitando e orientando em seu processo produtivo, por meio de pequenos cursos e abordagens diretas, os agricultores familiares beneficiários. Um dos principais cursos oferecidos por esse programa é o curso de "Higiene e Manipulação de Alimentos". Tal política objetiva promover a produção agrícola através da qualificação e oferecimento de insumos com certo padrão de qualidade, garantidos pelo selo VISA (Vigilância Sanitária) (SMAP, 2014).

**Feira da Roça:** Segundo a SMAP (2014) a Feira da Roça em Campos foi criada em 1991, com mais de 25 anos de existência. Atualmente o projeto conta com 7 locais para vendas espalhados pela cidade. Os participantes recebem subsídios no preparo do solo, transporte para comercialização e orientação técnica. A escolha da oferta dos produtos fica a cargo de cada produtor, porém é preciso seguir alguns

critérios de qualidade, oferecendo produtos frescos e saudáveis, sendo estes fiscalizados por um órgão do próprio município. Os produtos comercializados na Feira são cultivados sem agrotóxicos, sendo este um dos critérios de qualidade. Os pontos da Feira da Roça se alocam nos seguintes bairros: Farol de São Tomé; Leopoldina; Turfe Clube; Jardim Carioca; IPS; Parque Tamandaré; e Centro. Todos esses pontos, exceto o Centro que funciona duas vezes na semana, funcionam uma vez por semana, em dias diversos (SMAP, 2014).

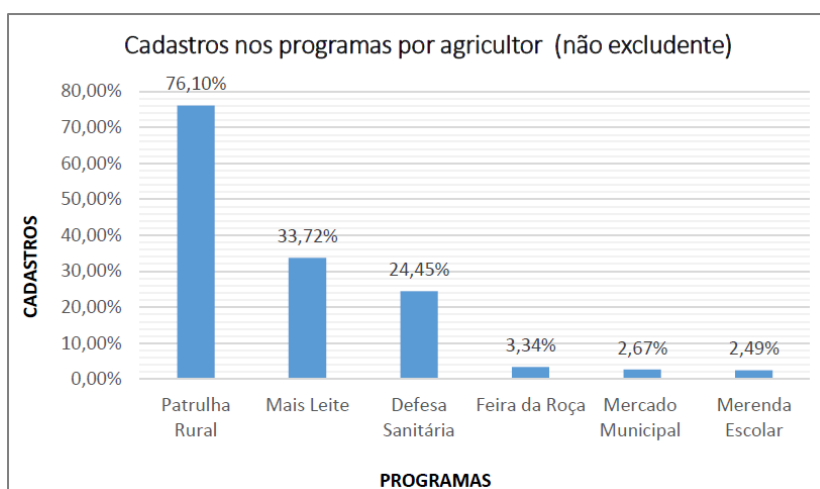
**Mercado Municipal:** O Mercado foi inaugurado no dia 15 de setembro de 1921, criado pela prefeitura com o objetivo de construir um espaço para comercialização de insumos predominantemente alimentícios, abastecendo pequenos e grandes consumidores. Sua estrutura é dividida em duas grandes áreas, o prédio central em que há o depósito de água, o escritório administrativo e alguns boxes de vendas (com açougues, armazéns, pastelarias, etc.) e a parte anexa onde ficam as bancas de peixes e de feirantes (SMAP, 2014). Segundo a SEC (Secretaria de Estado de Cultura – RJ) (2017), atualmente o mercado em sua estrutura física conta com 465 bancas e 46 boxes de peixaria, na parte anexa (feira) e no prédio central conta com 52 boxes na parte externa e 116 na interna. O Mercado é uma política pública de fomento à agricultura familiar por ser um espaço público e ser, pelo menos potencialmente, um importante instrumento de absorção dos produtos da agricultura familiar.

**Merenda Escolar:** A Merenda Escolar é outra política de fomento ao segmento agrícola voltada à absorção de produtos. Ela ocorre através da compra direta do município de alimentos que serão introduzidos na merenda escolar municipal, ocorrendo em consonância ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que estabelece a compra obrigatória de no mínimo 30% do total de alimentos fornecidos à merenda escolar de agricultores familiares (conforme classifica a Lei 11.326, já apresentada). Este tipo de compra ocorre através de chamada pública, havendo dispensa à licitação. Para participar da chamada pública os agricultores têm que apresentar a DAP de pessoa física individualmente, ou de pessoa jurídica para fornecimento em grupo. Os alimentos da Merenda Escolar atrelado ao PNAE são adquiridos com a verba do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e fundamentados nas leis federais 8.666/93 e 11.947/09 (SMAP, 2014).

Vale ressaltar que, ao longo da pesquisa, o que se percebeu foi certa ausência de informações sobre as políticas públicas de cunho local. Não foi possível obter dados mais categóricos a respeito de cada uma dessas políticas públicas, pela não disponibilização do poder público local e pela pouca referência encontrada nesse campo tão singular das políticas públicas municipais de agricultura familiar. Não podendo com isso se ater a certas características mais instrumentais sobre cada uma delas, limitando-se a análise ao rol dos seus objetivos e área de atuação. Entretanto, a base da SMAP proporcionou a pesquisa dados quantitativos bastante abrangentes e representativos, por terem sido extraídos em todo município, em diferentes distritos, com um período e número de respondentes bem significativos e atuais. Deste modo, com estas informações à disposição, julga-se possível fazer uma análise das políticas estudadas.

Dentre os dados obtidos na base da SMAP (2016), destaca-se o quantitativo de agricultores beneficiários (cadastrados) desses programas. Segundo a SMAP (2016), em um total de 4.012 agricultores familiares mapeados, tendo nesses programas ao todo 5.780 cadastros não excludentes (podendo um agricultor estar cadastrado em mais de um programa simultaneamente), obteve-se a seguinte distribuição da porcentagem de agricultores cadastrados em cada programa, indicado no Gráfico 02:

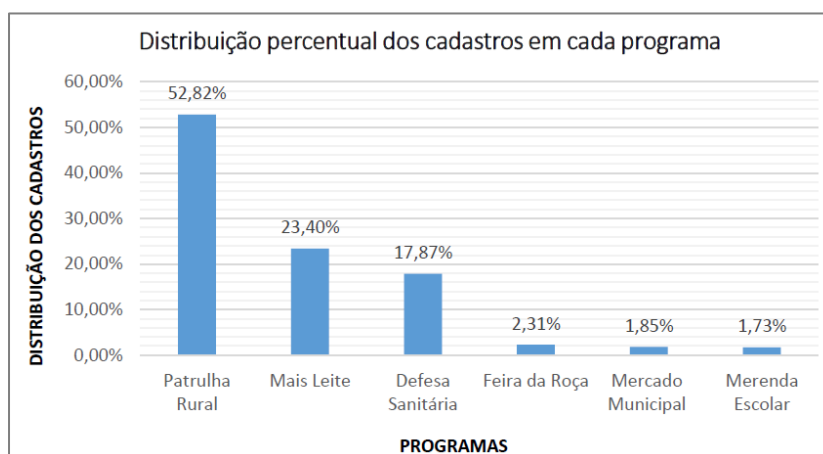
GRÁFICO 02 – Cadastros nos programas municipais de Campos dos Goytacazes por agricultor.



Fonte: SMAP, 2016.

Além do cadastro não excludente nos programas, observa-se a distribuição percentual dos cadastros em cada programa, em um total de 5.780 cadastros (100%). Segue o Gráfico 03 com a distribuição:

GRÁFICO 03 – Distribuição percentual dos cadastros em cada programa municipal de Campos dos Goytacazes.



Fonte: SMAP, 2016.

A partir do levantamento de dados, pretende-se, aqui, individualizar as análises acerca de cada programa vigente em Campos dos Goytacazes.

O Patrulha Rural, conta com um total de 3.053 agricultores beneficiários de 4.012, ele é de longe, dos programas apresentados, o mais abrangente (SMAP, 2016). Os dados apontam a importância e predominância deste programa no fomento agrícola do município, agindo como instrumento de suporte técnico para os produtores rurais do município em diversos processos do segmento. Isso ocorre porque o agricultor familiar passa a dispor de benefícios que não disporia ou elevaria seus custos se tivesse que arcar particularmente. Apesar de suas vantagens, esse programa intervém pontualmente, ou seja, suas ações não são tão contínuas e previsíveis, por mais que sejam relevantes. Nesse ponto vislumbra-se um potencial efetivo (ampliando principalmente o efeito, não a abrangência) dessa política ao estabelecer ações contínuas e previstas.

O programa Mais Leite também tem uma abrangência bem considerável, com 1.353 agricultores cadastrados, sendo que foram mapeados 1.403 agricultores que produzem leite, ou seja, abrange aproximadamente 96% do seu potencial (SMAP, 2016). O retorno técnico desse programa aos beneficiários pode ser destacado como o principal, pois não há grandes investimentos para conceder permanentemente máquinas e insumos aos usuários do programa, mas há um acompanhamento técnico e educativo, por vezes disponibilizando equipamentos para utilização temporária no que tange as necessidades da produção leiteira. É uma política focada na produção leiteira, mas que apresenta um grande potencial de ser mais incisiva em suas ações permanentes, concedendo máquinas e insumos aos beneficiários e diversos outros suportes, carecendo nesse caso de mais recursos.

A Defesa Sanitária, segundo a base SMAP (2016), conta com um total de 1.033 agricultores, o que corresponde a um pouco mais de 1/4 do total de agricultores mapeados no município. Apesar de ter um bom número, o acesso a esse programa poderia ser bem maior, por não precisar de expressivos gastos a mais para tanto. Assim como o Mais Leite, só que de caráter mais universal, seu maior retorno ao usuário é a prestação de orientação e capacitação técnica. Como já mencionado anteriormente, esse programa tem um perfil fiscalizador, partindo desse princípio para uma abordagem de adequação educativa. Deste modo, seu gasto para expansão acaba sendo bem menor, se comparado às outras políticas que necessitariam aumentar suas despesas para expandir seu acesso (como uma política de linha de crédito, por exemplo). Sendo assim, vislumbra-se um potencial de ampliação dessa política, sem comprometer tanto o orçamento público, com um retorno que certamente compensaria os gastos.

A Feira da Roça tem ao todo 134 agricultores cadastrados, o que corresponde a apenas 3,34% dos agricultores (SMAP, 2016). Essa política acaba por ser uma medida de escoamento da produção agrícola local, gera ganhos de renda aos seus beneficiários, além de estimular a prática e a oferta de produtos advindos de uma atividade historicamente bem singular, pelos alimentos típicos cultivados nos moldes da agricultura orgânica regional. Consideramos essa política com grande capacidade de absorção a agricultores, porém, pouco aproveitada para tal. Além disso, é de se ressaltar sua praticidade de oferta face a outros programas de abastecimento e vendas (como o Mercado Municipal e Merenda Escolar). Na Feira da Roça os alimentos fornecidos podem ser mais variados, não

necessitando de tanta previsibilidade e aporte técnico, como as políticas explicitadas. Isso de certa forma facilitaria ainda mais a criação de mais feiras voltadas aos agricultores familiares.

Já o Mercado Municipal conta com apenas 107 agricultores familiares mapeados, que fazem venda direta ao Mercado, o que corresponde a 2,67% dos agricultores (SMAP, 2016). Essa política gera um importante retorno financeiro aqueles que a utilizam, pois se torna uma alternativa de escoamento de produtos em uma escala considerável. Vale ressaltar que o Mercado é um espaço público, com seu domínio de uso privado, mas é considerado, nesta pesquisa, uma política de fomento a agricultura familiar porque além de ser um espaço público, há um subsídio logístico da prefeitura aos agricultores familiares do município na sua comercialização.

Com um aporte mais incisivo da prefeitura essa política poderia ser vista com um olhar mais promissor, dada a capacidade de vazão de alimentos do Mercado. Mas, para isso é necessário algumas adequações técnico-logísticas por parte dos agricultores familiares locais, para garantir certa previsibilidade de suas ofertas, o que condiciona a maioria dos produtos vendidos ao Mercado. Em bom funcionamento essa política gerará um bom retorno não somente aos agricultores, mas também aos comerciantes, pois irão adquirir insumos com valores bem abaixo dos atuais, que são comprados de diversos lugares do estado e até do país, com custos de transportes, tributos e outros, que seriam bem menores caso comprados localmente. Observa-se que ainda assim haveria produtos comercializados lá com características bem específicas, que não poderiam ser cultivados no próprio município, não podendo assim utilizar esse processo ao máximo, mas mesmo com isso, dado os subsídios necessários, vislumbra-se um grande potencial de expansão dessa política.

Por fim, o programa da Merenda Escolar, onde um total de 100 agricultores cadastrados nesse programa foi identificado, no levantamento efetuado pela SMAP (2016). Há um retorno bastante relevante de seguridade financeira aos agricultores beneficiários, por ser uma política de abastecimento contínuo. O município conta com 167 escolas municipais de ensino pré-escolar, com 7.385 matrículas e 161 de ensino fundamental, com 36.613 matrículas (IBGE, 2012). Esses dados mostram o potencial dessa política que é muito pouco aproveitada por gargalos de adequações técnico-logísticas. Como já visto anteriormente há a obrigatoriedade de compra da merenda de 30% da agricultura familiar com recursos do FNDE vinculando ao PNAE, que no caso não é atendida pelo município. Das políticas de absorção à produtos da agricultura familiar apresentadas essa é vista como a de maior possibilidade de expansão, por depender unicamente da realocação de recursos públicos que já são gastos nas compras de alimentos oriundos de indústrias externas (de outros municípios e até estado). Portanto, muitos alimentos, principalmente os perecíveis, com o suporte técnico-logístico da prefeitura, poderiam ser comprados da agricultura familiar local, movimentando ainda mais o mercado interno.

Neste artigo procuramos analisar as políticas públicas apontadas de maneira integral pelos seguintes



aspectos: Abrangência e acesso; Retorno aos beneficiários (financeiro, social, cultural, etc.); e Potencialidade das políticas. A partir desse diagnóstico, feito na discussão dos dados, serão feitas as observações e apresentadas as indicações vista como significativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi possível perceber a importância da agricultura familiar para região, que além de ser fonte de renda de diversas famílias, fortalece o mercado interno e em grande escala torna-se uma alternativa possível para reduzir a dependência financeira do município com os recursos provenientes dos *royalties* de petróleo. Apesar de toda sua potencialidade e dos benefícios sociais que as políticas municipais vigentes geram, observou-se durante a pesquisa que este segmento ainda carece de estímulos, em especial do poder público municipal, que muitas vezes absorve a oferta de produtos externos, muitos deles até industriais, em detrimento da agricultura familiar local. Essa constatação foi feita através de relatos da pesquisa de observação direta e solidificada pela indicação dos dados da base, com poucos agricultores familiares locais beneficiários dos programas de abastecimento (Merenda Escolar, Mercado Municipal, e Feira da Roça).

Uma das alternativas para tal ponto (baixa absorção da agricultura familiar local, dada a demanda do município a esses alimentos) seria desenvolver algumas ações dentro dos próprios programas, ou não, que subsidiariam os agricultores na oferta contínua de seus produtos. Isso pode ocorrer com a ampliação ou criação de uma rede de transporte de insumos agrícolas para os agricultores familiares cadastrados nesses programas e prestação de contínuas consultorias técnicas com agrônomos, veterinários e profissionais da área para dar orientações em relação à oferta de alimentos mais adequada às políticas.

Apesar de o município ter e promover por vezes alguns instrumentos participativos para elaboração e acompanhamento dessas políticas, como Conselhos, Audiências Públicas, Conferências, etc., o direcionamento destes se mostrou muitas vezes multilateral, como no caso do COMSEA. O problema disso é correr o risco de deixar de analisar a amplitude dos elementos que envolvem a agricultura, que vai muito além da sua interface com a segurança alimentar. A análise mais aprofundada desses elementos específicos é extrema importância para uma boa elaboração e implementação das políticas públicas que estamos tratando. Muitos municípios, por motivos conjunturais, adotam uma estrutura de conselhos similar à de Campos, aglutinando diferentes áreas para resoluções exclusivas e comuns. Mas, tendo em vista as características agrícolas do município, consideramos que essa disposição pode ser repensada. De qualquer forma acreditamos que esses mecanismos são muito importantes, quando bem reverenciados pelos tomadores decisão das políticas, para absorver as demandas dos agricultores e obter bom um retorno das políticas que já estão sendo implementadas, readaptando-as quando possível.

Há de se ressaltar que o município, assim como o país inteiro, nas suas diferentes proporções, passa por um período de escassez de recursos. Portanto, é de se pensar propostas de intervenções mais criativas e eficientes, aproveitando ao máximo o investimento dos recursos públicos e esse é um dos grandes desafios da gestão de políticas públicas na atualidade. Gastar com eficiência não significa gastar pouco, até porque no setor público é necessário gastar significativamente para se obter um bom resultado, mas saber gastar, sem grandes desperdícios.

Em uma política pública sempre haverá riscos e imprevistos que gerarão gastos excessivos, mas seus impactos diminuem à medida que eles são calculados através de um bom planejamento. Mas como que faz um bom planejamento, assegurando o seu sucesso quando bem implementado? Será que há algum manual a ser seguido para isso? Infelizmente não há nada que possa assegurar o sucesso de uma determinada estratégia, principalmente quando lidamos com políticas públicas e toda pluralidade social que envolve suas ações, quase sempre culminando em grandes conflitos de interesses. Mas é possível sim gerir esses conflitos e obter um posicionamento mais congruente apesar de toda a fragmentação de ideias. Não é algo simples, nem poderia ser. Até porque problemas complexos, com diversas variáveis causadoras, necessitam de soluções complexas. No entanto, essas soluções têm mais chances de ser vislumbradas e administradas (pelo autocontrole entre as partes divergentes) quando diferentes visões se apresentam, gerando por vezes até alguns pontos de concordância.

## Referências

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Sílvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sílvia do Carmo Castro. **Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores**. 2017. p. 617-626. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0617.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Criada Agência de Desenvolvimento para apoiar produtores. 2010. Disponível em: <[http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=1082](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1082)>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes-RJ, Jun. 2017. Disponível em: <[http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=40171](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=40171)>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ. **Lei 8.132, de 17 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre a Política Municipal de Alimentação e Nutrição e implementa o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –SISMUSAM e dá outras providências. Campos dos Goytacazes-RJ, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/saude/Lei-8.132.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2017.

CRUZ, José Luis Vianna. Os desafios da região brasileira do petróleo. In: CRUZ, José Luis Vianna (Org). **Brasil, o desafio da diversidade**: Experiências de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: SENAC, 2005, p. 49-104.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina. **Transformações da agricultura e políticas públicas**, Brasília – DF, IPEA, 2001.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. **Análise De Políticas Públicas**: Breves Considerações Teórico-Metodológicas. 2006. Disponível em: <[https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:A8RII26j2NgJ:scholar.google.com/+An%C3%A1lise+De+Pol%C3%ADticas+P%C3%ABlicas+:Breves+Considera%C3%A7%C3%B5es+Te%C3%B3rico+Metodol%C3%B3gicas&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5&as\\_vis=1](https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:A8RII26j2NgJ:scholar.google.com/+An%C3%A1lise+De+Pol%C3%ADticas+P%C3%ABlicas+:Breves+Considera%C3%A7%C3%B5es+Te%C3%B3rico+Metodol%C3%B3gicas&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_vis=1)>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área Territorial Oficial. 2013**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao\\_01\\_2013.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao_01_2013.shtm)>. Acesso em: 09 de setembro de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. **In. Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, p. 01-777, 2006. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico. 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=330100&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese das informações 2012**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=330100&idtema=117>>. Acesso em: 09 de setembro de 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Censo IPEADATA 2000**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 8 de outubro de 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Censo IPEADATA 2010**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

IPEADATA, Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Censo Agropecuário 2010**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 09 de setembro de 2017.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para agricultura familiar**. Out2013 Disponível em <[http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas\\_publicas\\_baixa.pdf](http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf)>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

MEDEIROS, Jefferson Bruno Soares; LIMA, Robson Antonio Miranda de; NASCIMENTO, Felipe Ferreira do; AZEVEDO, Melquised Clementino Pereira de. Política de concessão de crédito rural: os mecanismos do agroamigo do nordeste. **GESTÃO.Org**, Recife – PE, v. 10, No. 3 p. 685 -704 Set./Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10815/politica-de-concessao-de-credito-rural--os-mecanismos-do-agroamigo-do-nordeste>>. Acesso em: 06 de setembro de 2017.

QUILICI, Danielle da Cunha Lessa. **Entrevista** concedida a Thiago Chagas de Almeida. Campos dos Goytacazes – RJ, Set. 2017. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

SAF - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

SANTOS, Erika Vanessa Moreira; LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. O rural no norte fluminense. **XI ENANPEGE**, 2015, Pres. Prudente: ENANPEGE, p. 2828-2839, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/9/272.pdf>>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

SEA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - RJ. **Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**. 2017. Disponível em: <[http://www.rj.gov.br/web/seapec/listaconteudo?generica&acaomenu=menufunc\(%27Projeto e Programas%27\);&forward=estruturantes&label=estruturantes&search-type=estruturantes&secretaria=/seapec](http://www.rj.gov.br/web/seapec/listaconteudo?generica&acaomenu=menufunc(%27Projeto e Programas%27);&forward=estruturantes&label=estruturantes&search-type=estruturantes&secretaria=/seapec)>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

SEC - Secretaria de Estado de Cultura – RJ. **Mercado municipal de campos**. 2017. Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/mercado-municipal-de-campos>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

SERRA, Rodrigo Valente; PATRÃO, Carla. Improriedades dos Critérios de Distribuição dos Royalties no Brasil. In.: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**, Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 185-216.

SILVA, Sandro Pereira. **Políticas públicas, agricultura familiare desenvolvimento territorial**. São Paulo, v. 16, n. 58, set. 2011. p.126-144. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:lev040oOulcJ:bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/download/3565/2250+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 13 de

maio de 2017.

SMAP - Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Campos dos Goytacazes. **Agências de Desenvolvimento Rural (ADR)**. 2014. Disponível em:

<<http://www.agricultura.campos.rj.gov.br/programas/adrs>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

SMAP - Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Campos dos Goytacazes. **Portal da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária**. 2014. Disponível em:

<<http://www.agricultura.campos.rj.gov.br/programas>>. Acesso em: 03 de maio 2017.

SMAP - Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Campos dos Goytacazes. **Cadastro do Produtor Rural e Cidadão que Produz no Campo – Censo**. 2016. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em:

<[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 17 de setembro de 2017.